

Mensagens marcaram ano legislativo

Em 1985, o Congresso Nacional apreciou e discutiu quase todas as 172 mensagens recebidas do poder Executivo. As vésperas do presente recesso parlamentar, a instituição conseguiu, em sessões seguidas, deliberar sobre importantes assuntos nos campos políticos, social e econômico, apesar de a iniciativa maior ter sido do presidente da República.

Foram apresentadas durante o ano 88 propostas de emenda à Constituição, que tramitaram ao lado de outras 93, de anos anteriores. As duas únicas aprovadas foram de iniciativa do executivo: A que resultou na emenda de número 25, que restabeleceu eleições diretas para presidente da República, além do voto do analfabeto, criação livre de partidos políticos, garantia de representação política para o Distrito Federal e autonomia dos municípios cujos prefeitos eram nomeados; e a de número 26, que convoca para 1986 a Assembléia Nacional Constituinte.

Quarenta e duas daquelas mensagens presidenciais transformaram-se em decretos legislativos aprovando textos de decretos-leis, a maioria baixada pelo Governo anterior. Contudo, foi rejeitado o decreto-lei que efetivava os cargos em comissão de subprocurador. Esse decreto-lei foi o segundo rejeitado no curso das duas últimas décadas.

Dos quarenta vetos totais ou parciais apostos pelo presidente José Sarney, a projetos de lei aprovados pelo Congresso, todos terminaram sendo mantidos pelo legislativo, destacando-se o projeto que altera normas do estatuto das microempresas e os dois projetos criando o Estado do Tocantins.

Ainda em sessão conjunta (Senado e Câmara), foram acolhidas 33 mensagens que resultaram na lei de orçamento para 86.